



Companhia de Saneamento de Minas Gerais

Inscrição no CNPJ.MF nº 17.281.106/0001-03



15 de 20

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|------------------|------------------|
| Em 1º de janeiro | 1.013.443 | 966.269 |
| Retorno real sobre os ativos do plano..... | 253.094 | 90.541 |
| Contribuições do empregador..... | 20.928 | 20.185 |
| Benefícios pagos..... | (67.149) | (65.461) |
| Contribuições extraordinária ativos..... | 277 | 222 |
| Contribuições extraordinária assistidos..... | 827 | 762 |
| Contribuições extraordinária patrocinadora..... | 1.037 | 925 |
| Valor justo em 31 de dezembro | 1.222.457 | 1.013.443 |

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão com benefícios definidos durante o próximo exercício fiscal é de R\$21.702.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|--|--------------|--------------|
| Custo financeiro..... | 98.916 | 100.479 |
| Retorno esperado sobre os ativos do plano..... | (89.475) | (93.219) |
| Provisão para plano de benefícios | 9.441 | 7.260 |

As despesas com plano de pensão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$9.441 (R\$7.260 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018) foram reconhecidas no resultado R\$2.725 em “despesas financeiras” e R\$6.716 em “outras despesas operacionais” (R\$4.325 em “outras despesas financeiras” e R\$2.395 em “outras despesas operacionais” em 31 de dezembro de 2018).

O retorno real sobre os ativos do plano no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$253.094 (R\$90.541 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018).

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|----------------------|----------------------|
| Crédito unitário projetado | | |
| Taxa de desconto (nominal)..... | 6,97% a.a. | 9,03% a.a. |
| Retorno esperado dos ativos do plano..... | 6,97% a.a. | 9,03% a.a. |
| Aumento anual de benefícios..... | 3,70% a.a. | 4,00% a.a. |
| Taxa de inflação..... | 3,70% a.a. | 4,00% a.a. |
| Tábua de mortalidade geral..... | AT 2000 B S10% (M&F) | AT 2000 B S10% (M&F) |
| Tábua de mortalidade de inválidos..... | AT 49 M | AT 49 M |
| Tábua de entrada em invalidez..... | Álvaro Vindas | Álvaro Vindas |

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como, no *target* de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2019.

Categorias dos ativos do Plano COPASA Saldado-BD

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|--|----------------|----------------|
| Disponível..... | - | - |
| Realizável (previencial e administrativo)..... | 3,00% | 4,86% |
| Títulos Públicos..... | 59,39% | 21,83% |
| Renda Fixa..... | 17,63% | 56,30% |
| Ações..... | 8,02% | 5,16% |
| Multimercados..... | 0,64% | 0,46% |
| Empresas emergentes..... | 1,16% | 1,75% |
| Fundos de participações..... | 2,17% | 2,00% |
| Investimentos imobiliários..... | 6,30% | 6,18% |
| Empréstimos e financiamentos..... | 0,77% | 0,74% |
| Outros – Depósitos Judiciais..... | 0,02% | 0,03% |
| Direitos creditórios..... | 0,75% | 0,69% |
| Créditos privados e depósitos..... | 0,15% | - |
| Total em percentual dos ativos do plano | 100,00% | 100,00% |

Análises de sensibilidade das principais hipóteses

| | Tábua biométrica | | Taxa de juros | | Posição em 31/12/2019 |
|--|------------------|------------------|------------------|------------------|-----------------------|
| | +10% | -10% | +0,25% | -0,25% | |
| Montante do: | | | | | |
| Valor presente da obrigação atuarial do plano..... | 1.363.242 | 1.434.539 | 1.357.376 | 1.438.918 | 1.374.648 |
| Valor justo dos ativos do plano..... | 1.222.457 | 1.222.457 | 1.222.457 | 1.222.457 | 1.222.457 |
| Superávit / (déficit) técnico do plano | (140.785) | (212.082) | (134.919) | (216.461) | (152.191) |
| Variáveis: | | | | | |
| Aumento / redução da obrigação atuarial..... | -2,43% | 2,68% | -2,85% | 2,99% | |
| Aumento / redução dos ativos do plano..... | - | - | - | - | |
| Aumento / redução do superávit (déficit) técnico do plano..... | -19,41% | 21,40% | -22,77% | 23,91% | |

3) Novo Plano COPASA-CD

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|--|------------|------------|
| Valor presente das obrigações financiadas..... | (9.764) | (8.085) |
| Valor justo dos ativos do plano..... | 42.457 | 38.224 |
| Efeito do teto do ativo..... | (32.693) | (30.139) |
| Ativo / passivo líquido do plano | - | - |

A movimentação na obrigação durante o exercício é demonstrada a seguir:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|--|--------------|--------------|
| Em 1º de janeiro | 8.085 | 5.874 |
| Custo do serviço corrente..... | (91) | (253) |
| Custo financeiro..... | 699 | 552 |
| Contribuições dos empregados..... | 793 | 799 |
| (Ganhos) / perdas atuariais..... | 1.200 | 1.719 |
| Benefícios pagos pelo plano..... | (922) | (606) |
| Valor presente da obrigação em 31 de dezembro | 9.764 | 8.085 |

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|--|---------------|---------------|
| Em 1º de janeiro | 38.224 | 34.560 |
| Retorno real sobre os ativos do plano..... | 3.577 | 2.691 |
| Contribuições do empregador..... | 785 | 780 |
| Contribuições dos empregados..... | 793 | 799 |
| Benefícios pagos..... | (922) | (606) |
| Valor justo em 31 de dezembro | 42.457 | 38.224 |

A estimativa de pagamentos das contribuições ao plano de pensão com benefícios definidos pós-emprego durante o próximo exercício fiscal é de R\$815.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado são:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|--|--------------|--------------|
| Custo dos serviços correntes..... | (91) | (253) |
| Custo financeiro..... | 699 | 552 |
| Retorno esperado sobre os ativos do plano..... | (3.521) | (3.544) |
| Juros sobre o efeito do teto do ativo..... | 2.782 | 2.929 |
| Provisão para plano de benefícios | (131) | (316) |

As despesas com plano de pensão no valor negativo de R\$131 em 31 de dezembro de 2019 (negativo de R\$316 em 31 de dezembro de 2018) foram reconhecidas no resultado em “outras despesas operacionais”.

O retorno real sobre os ativos do plano em 31 de dezembro 2019 foi de R\$3.577 (R\$2.691 em 31 de dezembro de 2018).

As principais premissas atuariais usadas foram:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|---------------------|---------------------|
| Crédito unitário projetado | | |
| Taxa de desconto (nominal)..... | 6,46% a.a. | 8,99% a.a. |
| Retorno esperado dos ativos do plano..... | 6,46% a.a. | 8,99% a.a. |
| Aumento anual de benefícios..... | 3,70% a.a. | 4,00% a.a. |
| Taxa de inflação..... | 3,70% a.a. | 4,00% a.a. |
| Tábua de mortalidade geral..... | BR-EMSSb 2015 (M&F) | BR-EMSSb 2015 (M&F) |
| Tábua de entrada em invalidez..... | Light fraca D60% | Light fraca D60% |
| Tábua de Mortalidade de Inválidos..... | AT 49 M (A100%) | AT 49 M (A100%) |

A taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano foi determinada por seu gestor, conforme sua expectativa de retorno estimada para cada modalidade de investimentos, bem como no *target* de alocação do patrimônio do plano, definida com base na política de investimentos de 2019.

Categorias dos ativos do Novo Plano COPASA-CD

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|--|----------------|----------------|
| Disponível..... | - | - |
| Realizável (previencial e administrativo)..... | 1,59% | 1,79% |
| Renda fixa..... | 74,48% | 75,72% |
| Ações..... | 6,28% | 4,50% |
| Empresas emergentes..... | 0,82% | 1,34% |
| Fundos de participações..... | 1,79% | 1,81% |
| Investimentos imobiliários..... | 4,96% | 5,44% |
| Empréstimos e financiamentos..... | 5,43% | 5,15% |
| Multimercado..... | 2,41% | 1,93% |
| Créditos privados e depósitos..... | 0,96% | 0,97% |
| Direitos creditórios..... | 1,26% | 1,32% |
| Outros – depósitos judiciais..... | 0,02% | 0,03% |
| Total em percentual dos ativos do plano | 100,00% | 100,00% |

Análises de sensibilidade das principais hipóteses

| | Tábua biométrica | | Taxa de juros | | Posição em 31/12/2019 |
|--|------------------|---------------|---------------|---------------|-----------------------|
| | +10% | -10% | +0,25% | -0,25% | |
| Montante do: | | | | | |
| Valor presente da obrigação atuarial do plano..... | 10.729 | 8.798 | 9.655 | 9.877 | 9.764 |
| Valor justo dos ativos do plano..... | 42.458 | 42.458 | 42.458 | 42.458 | 42.457 |
| Superávit / (déficit) técnico do plano | 31.729 | 33.660 | 32.803 | 32.581 | 32.693 |
| Variáveis: | | | | | |
| Aumento / redução da obrigação atuarial..... | 9,88% | -9,90% | -1,12% | 1,15% | |
| Aumento / redução dos ativos do plano..... | - | - | - | - | |
| Aumento / redução do superávit (déficit) técnico do plano..... | -2,95% | 2,96% | 0,34% | -0,34% | |

As análises de sensibilidade apresentadas para os planos baseiam-se em uma mudança na premissa enquanto são mantidas constantes todas as outras premissas. Na prática, não é provável que isso ocorra, sendo que as mudanças em algumas das premissas podem ser correlacionadas. No cálculo da sensibilidade da obrigação de benefício definido em relação às premissas atuariais significativas, o mesmo método (valor presente da obrigação de benefício definido calculado com base no método da unidade de crédito projetada na data do balanço) foi aplicado, bem como no cálculo da obrigação dos planos de pensão reconhecida no balanço patrimonial.

Os métodos e tipos de premissas usados na preparação da análise de sensibilidade não sofreram alteração na comparação com o exercício anterior.

21. Patrimônio Líquido e Dividendos

(a) Capital

A Companhia faz parte do Novo Mercado de Governança Corporativa da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo seu capital formado exclusivamente por ações ordinárias. O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 é de R\$3.402.385, representado por 126.751.023 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

A Companhia é controlada pelo Estado de Minas Gerais, que possui aproximadamente 50,04% das ações. Em livre circulação no mercado (*free float*) encontram-se cerca de 49,68% das ações e o restante, correspondente a aproximadamente 0,28%, encontra-se em tesouraria.

A COPASA MG está autorizada a aumentar o seu Capital Social até o limite de R\$4.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração. Eventuais propostas de aumento de capital acima desse limite ou por meio de integralização em bens são de competência de Assembleia Geral. Nesses casos, esses órgãos definirão também as condições das emissões.

Os acionistas terão direito de preferência em eventuais aumentos de capital na forma da lei. Entretanto, a critério da Assembleia Geral, poderá ser excluído o direito de preferência, ou reduzido o prazo para o exercício, nas emissões de ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou subscrição pública, nos termos da lei, e dentro do limite do capital autorizado.

A Companhia poderá, por deliberação da Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações em favor dos administradores, empregados e colaboradores, podendo essa opção ser estendida aos administradores e empregados das sociedades controladas pela Companhia, direta ou indiretamente. Ressalta-se que nos últimos exercícios não houve outorga de plano de opção de ações.

(b) Reservas de lucros

(i) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital.

(ii) Reserva de incentivos fiscais

Constituída pela destinação da parcela de incentivos fiscais, decorrentes de doações e subvenções governamentais, apropriada ao resultado do exercício a partir de 1º de janeiro de 2008.

No exercício de 2019, foi registrado no resultado, o valor de R\$617 (não houve reconhecimento em 2018), referente ao incentivo pelo cumprimento de etapas das metas de abastecimento de cargas polidoras das estações de tratamento de esgoto da Companhia (Nota Explicativa 15), concedido pela ANA, com recursos do PRODES.

(iii) Retenção de lucros

A Administração propõe a retenção de lucros no montante de R\$505.774 (R\$270.190 em 2018) para futuros investimentos da Companhia, em linha com o “Plano Plurianual de Investimentos”.

(c) Ajustes de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial referem-se a:

(i) Ganhos e perdas atuariais: corresponde aos ganhos e perdas atuariais apurados em conformidade com CPC 33 (R1) e IAS 19 (R1) (Nota Explicativa 20). Em 31 de dezembro de 2019, o saldo devedor dessa conta totaliza R\$74.019 (R\$29.582 devedor em dezembro de 2018).

(ii) Mensuração de ativos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes venda: corresponde ao valor justo do investimento sem influência significativa na empresa GS Inima Industrial Jeceaba S.A. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo credor desta conta totaliza R\$35.161 (R\$28.328 em dezembro de 2018).

(d) Remuneração aos acionistas

Política de dividendos

Nos termos do Estatuto Social, os acionistas têm direito a receber dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela diminuição ou acréscimo dos valores especificados nos incisos I, II e III do art. 202 da Lei nº 6.404/76. Em 07 de maio de 2018, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a revisão da Política de Dividendos da Companhia, definindo regras para a distribuição de proventos, em função da alavancagem observada, conforme destacado a seguir:

Dividendos regulares

O Conselho de Administração definirá até 31 de março de cada exercício, o percentual do Lucro Líquido Ajustado a ser distribuído, observando o mínimo estatutário de 25% e o limite de 50%.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, os dividendos mínimos obrigatórios são assim apresentados:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|---|----------------|----------------|
| Lucro líquido do exercício..... | 754.374 | 578.700 |
| Reserva legal - (5%)..... | (37.719) | (28.935) |
| Reserva de incentivos fiscais..... | (617) | - |
| Lucro líquido..... | 716.038 | 549.765 |
| Dividendo mínimo obrigatório - 25% | 179.010 | 137.441 |

A declaração deverá ocorrer trimestralmente e o pagamento será realizado em até 60 dias, a contar da data da declaração, a exceção dos valores referentes ao quarto trimestre, cuja definição ocorrerá na Assembleia Geral Ordinária (AGO).

Dividendos extraordinários

Em conjunto com a divulgação das Demonstrações Financeiras e das Informações Contábeis Intermediárias, referentes ao segundo trimestre de cada exercício, a administração procederá e divulgará o Cálculo do Enquadramento Regulatório, já considerando o pagamento dos Dividendos Regulares, visando a avaliar se este se encontra dentro da margem considerada eficiente (Intervalo Eficiente de Alavancagem Regulatória).

Essa declaração ocorrerá após a realização de estudos que eventual pagamento de Dividendos Extraordinários não colocará em risco a saúde financeira, o Plano de Investimentos ou a liquidez corrente da Companhia.

Ressalta-se que por Cálculo do Enquadramento Regulatório entende-se, para o atual ciclo regulatório, o múltiplo Dívida Líquida corrente da Companhia dividido pelo EBITDA acumulado dos 12 meses anteriores ao período de cálculo (Dívida Líquida/EBITDA), que deverá alcançar o valor de 2,10x, com margem de 0,10x para cima ou para baixo.

Declaração de dividendos/JCP do exercício

Dividendos regulares

Em observância à referida Política, o Conselho de Administração, em reunião realizada em 28 de fevereiro de 2019, aprovou que a distribuição de dividendos para o exercício de 2019 será correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido, ajustado conforme art. 202 da Lei nº 6.404/76, sob a forma de JCP.

Devido à retenção de imposto de renda sobre os JCPs e o direito do acionista de receber dividendo mínimo obrigatório de 25%, os 15% do imposto foram imputados quando do cálculo dos Juros sobre o Capital Próprio, perfazendo um percentual de distribuição de 29,41% sobre o lucro líquido.

Conforme facultado no artigo 9º da Lei nº 9.249/95, e observando-se a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), os JCP foram contabilizados como despesas financeiras para fins de dedutibilidade na apuração do imposto de renda e da contribuição social, gerando o benefício fiscal de R\$71.600 (R\$93.460 em 2018). Para fins societários, os JCP estão sendo apresentados a débito de lucros acumulados, no patrimônio líquido, no montante de R\$210.587.

Conforme Resolução ARSAE-MG nº 100/2017, o valor do benefício fiscal da dedutibilidade dos JCP, líquido dos desembolsos adicionais incorridos, quais sejam: a distribuição a maior de proventos aos acionistas e o pagamento a maior de participações nos lucros aos empregados, será devolvido ao usuário por meio de compensação na tarifa. O Conselho de Administração realizou três declarações de JCP, na reunião realizada em 21 de março de 2019, o valor aprovado foi de R\$52.988 para o primeiro trimestre de 2019; na reunião realizada em 14 de junho de 2019, o valor aprovado foi R\$20.963 para o segundo trimestre e em reunião realizada em 16 de setembro de 2019, o valor aprovado foi de R\$52.131 para o terceiro trimestre.

Conforme autorização constante da correspondência do Estado de Minas Gerais, datada de 22 de julho de 2019, parte do valor do JCP, referente ao quarto trimestre de 2018 e ao primeiro trimestre de 2019, do acionista Estado de Minas Gerais foram utilizados para compensação do saldo do parcelamento de débitos no valor de R\$66.375, remanescente do Termo de Encontro de Contas, assim como de faturas de água e/ou esgoto vencidas, no valor de R\$11.740. A Companhia compensou e quitou todo os JCP retidos.

A movimentação do saldo da conta de “dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar” está demonstrada a seguir:

| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
|--|---------------|---------------|
| Controladora/Consolidado | | |
| Dividendos e JCP a pagar no início do exercício | 93.397 | 43.761 |
| Juros sobre o capital próprio propostos..... | 210.587 | 274.883 |
| IR retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio..... | (10.416) | (13.291) |
| Juros sobre o capital próprio pagos no período..... | (134.730) | (163.566) |
| Juros sobre o capital próprio retidos no Encontro | | |
| Contas Estado de MG..... | (78.115) | (48.492) |
| Juros sobre o capital próprio prescrito..... | (4) | - |
| Dividendos propostos..... | - | 280.000 |
| Dividendos pagos..... | - | (279.970) |
| Outros..... | - | 72 |
| Dividendos e JCP a pagar no final do período | 80.719 | 93.397 |

(e) Destinação dos lucros

Conforme previsto no art. 192